



Pedro Flexa
Ribeiro
Graduado em
Educação,
especialista em
Psicopedagogia
e mestre em
Avaliação

Uma recente iniciativa do Inep abre interessantes oportunidades. Pela primeira vez a Prova Brasil poderá ser aplicada em escolas particulares que se interessem em monitorar o desempenho de seus alunos.

Desde os anos 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) elegeu a avaliação como estratégia de monitoramento da evolução da qualidade educacional. A isso se deveu o desenvolvimento de um sistema de avaliação em larga escala, composto pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), Prova Brasil, Enem e o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja). O desafio era não apenas mensurar o desempenho do aluno, mas também identificar as práticas intraescolares que de fato impactam e promovem aprendizagem, apesar do meio social e da origem socioeconômica dos alunos. Para isso, buscou-se assegurar mecanismos ágeis de divulgação das informações de interesse público, em formatos adequados para a apreciação de especialistas e da opinião pública em geral. A ideia era que a instalação da cultura de avaliação no meio educacional permitisse identificar a influência qualitativa do ensino e o impacto escolar sobre as trajetórias das crianças e dos jovens brasileiros.

No entanto, as gestões posteriores que se sucederam à frente do Inep imprimiram ao sistema de avaliação usos e sentidos outros. Mais do que avaliar a qualidade do ensino, o governo pretendeu exercer um controle ainda mais efetivo sobre o que se ensina em cada escola do País. O viés centralizador e homogeneizador do governo encontrou ressonâncias e reforço em correntes de avaliação orientadas exclusivamente pela busca de exatidão técnica. Convicta da precisão, da imparcialidade e da suposta neutralidade das estatísticas, essa gestão pouco atentou para os efeitos de médio e longo prazo sobre o sistema educacional. A esse contexto se deveu o desvirtuamento imposto ao Enem a partir de 2010. Em diversas ocasiões, ficou patente a pouca maturidade e cuidado na divulgação de resultados.

O dever dos avaliadores seria assegurar que cada escola envolvida recebesse a devolução detalhada do desempenho de seus alunos em tempo hábil para o planejamento do ano seguinte. Mas esse investimento e cuidado foi preterido, sob a alegação de uma suposta *accountability*; jogaram para a plateia, com a divulgação de rankings que induzem a opinião pública a percepções simplistas e equivocadas.

Assim, educadores de todo o País, repetidas vezes, assistiram a iniciativas sérias e bem intencionadas serem desvirtuadas. É notório que, a depender de como for conduzida a divulgação dos resultados para o grande público, avaliações podem gerar consequências de grande impacto para redes e estabelecimentos de ensino. Desvirtuamentos nas políticas de avaliação em larga escala trazem efeitos indesejados. Ao invés de induzir avanços, no médio e no longo prazo geram aversão à avaliação. Causam o retraimento por parte daqueles que deveriam ser seus principais destinatários e interessados.

Convém ao Brasil o amadurecimento da cultura da avaliação entre seus educadores. Avaliações externas trazem informações úteis, que, ao chegar a tempo do planejamento de cada ano letivo, podem se reverter em aprimoramento pedagógico. A condução amadurecida desses processos permite que seus resultados norteiem ajustes precisos nas práticas escolares. O mais pertinente uso dos resultados apurados decorre de que sejam efetivamente úteis para o aperfeiçoamento do trabalho das escolas. Afinal, é isso o que justifica todo o investimento feito pelo País em processos tão dispendiosos.

A legitimidade das avaliações em larga escala decorre de que sejam observadas, além da precisão técnica, também a utilidade e a ética, especialmente no que se refere ao cuidado no uso dos resultados. Cabe considerar que determinados projetos educativos têm dimensões que ultrapassam os aspectos investigados por exames de larga escala. Há singularidades institucionais a serem consideradas e preservadas. Convém, portanto, que, na análise dos resultados, a avaliação empreendida admita que, por mais bem construídos que sejam os itens de uma prova, eles não abrangem nem esgotam toda a amplitude e relevância do trabalho de uma escola.

O País precisa avançar nessa matéria. As mudanças no Saeb podem inaugurar um novo capítulo nessa história e constituir uma importante oportunidade para que se avance no amadurecimento da cultura de avaliação no meio educacional. Mas o êxito de passos como esse depende de que sejam conduzidos de forma a inspirar confiança e a vencer as resistências anteriormente semeadas. Assim sendo, é importante que aqueles que empreendem avaliações demonstrem ter clara noção das grandes responsabilidades que assumem perante o sistema de ensino e a sociedade como um todo. A eficácia de sua atuação não decorre apenas de rigor técnico, mas também do cuidado no uso dos resultados e suas formas de divulgação. Cada vez mais, devem estar à altura de seu papel como formadores de opinião perante a sociedade. Avaliadores devem ser, antes de tudo, educadores.

REVISTA LINHA DIRETA

ESPAÇO FENEP

erhui1979/iStock.com